



Ano económico de 2012

1. Introdução

A Câmara Municipal apresenta nos termos legais, alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas do ano de 2012.

Aquela norma define como competência do executivo, *“elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo”*, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do referido diploma legal, *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”*, e Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, os documentos de prestação de contas¹ da Gerência referente ao exercício financeiro de 2012.

As verbas colocadas à disposição do Executivo, quer provenientes das Receitas Próprias do município, quer das Transferências (do OE - Orçamento do Estado ou Outras), quer de outra proveniência (Capitais Alheios) foram administradas em obediência aos princípios orçamentais e contabilísticos fundamentais, dos quais destacamos, o do equilíbrio e o da prudência, tendo sido possível obstar-se a quaisquer situações de aperto orçamental, o que possibilitou o cumprimento das responsabilidades financeiras assumidas, efectivando uma política de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros, de uma forma moderada, devido aos atrasos verificados nas transferências dessas verbas.

Os documentos de planeamento da gestão do actual executivo, identificados nas Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, estabeleceram para 2012, as principais

¹ POCAL – 1.1. - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimentos, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras.
2.2. – Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas, consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.



escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, definindo os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua concretização.

Findo o exercício de 2012, é possível afirmar que a actividade da Câmara Municipal, no decurso desse período, contribuiu para melhorar a imagem do concelho na região onde se encontra inserido.



Seguidamente, fazemos uma análise dos principais aspetos que devem fazer parte do Relatório de Gestão, destinados a fazer compreender a atividade do executivo desenvolvida no ano económico de 2012.

2 – SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA

A avaliação da situação económica e financeira do município foi realizada através da análise do balanço e da demonstração de resultados, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.



2.1 – SITUAÇÃO ECONÓMICA

2.1.1 – BALANÇO SINTÉTICO

Balço Sintético	Ano de 2010		Ano de 2011		Ano de 2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido						
Imobilizado	57.895.912,96	96,2%	58.115.101,85	95,9%	65.530.791,04	93%
Bens do domínio público	38.004.544,01	63,2%	37.747.650,89	62,3%	38.242.805,11	54%
Imobilizado incorpóreo	44.860,48	0,1%	43.895,32	0,1%	42.930,16	0%
Imobilizado corpóreo	18.019.505,95	30,0%	18.531.521,11	30,6%	18.954.241,54	27%
Investimentos financeiros	1.827.002,52	3,0%	1.792.034,53	3,0%	8.290.814,23	12%
Circulante	2.000.426,59	3,3%	2.298.283,70	3,8%	4.022.195,62	6%
Existências	73.574,96	0,1%	77.107,82	0,1%	77.405,60	0%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	973.971,74	1,6%	1.433.755,86	2,4%	989.817,05	1%
Títulos negociáveis	495,00	0,0%	495,00	0,0%		0%
Depósitos em instituições de crédito e caixa	952.384,89	1,6%	786.925,02	1,3%	2.954.972,97	4%
Acréscimos e diferimentos	267.548,49	0,4%	210.211,62	0,3%	1.175.972,79	2%
Total do Ativo Líquido	60.163.888,04	100%	60.623.597,17	100%	70.728.959,45	100%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	39.647.690,16	65,9%	41.332.576,50	68,2%	44.305.842,51	63%
Passivo	6.086.996,64	10,1%	5.075.158,59	8,4%	7.275.704,34	10%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	3.836.938,92	6,4%	3.282.734,53	5,4%	6.255.494,10	9%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	2.250.057,72	3,7%	1.792.424,06	3,0%	1.020.210,24	1%
Acréscimos e diferimentos	385.860,72	0,6%	401.874,49	0,7%	209.064,25	0%
Proveitos diferidos	14.043.340,52	23,3%	13.813.987,59	22,8%	18.938.348,35	27%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	60.163.888,04	100%	60.623.597,17	100%	70.728.959,45	100%

Este balanço já contém os dados transitados da Vougapark, razão pela qual se verifica um aumento significativo no ativo líquido, fundos próprios e passivo.

No documento denominado “Notas ao balanço e à demonstração de resultados” faremos uma abordagem mais detalhada às principais alterações resultantes da dissolução, liquidação e partilha da empresa municipal.



Como se pode constatar, influenciou os principais agrupamentos – ativo e passivo – obrigando à redefinição de posições quanto ao endividamento.

2.1.2 – ESTRUTURA DE CUSTOS

Custos ou Perdas		Ano de 2010		Ano de 2011		Ano de 2012	
Contas	Descrição	Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14.972,07	0%	34.077,58	0%	29.722,91	0%
62	Fornecimentos e serviços externos	2.855.440,25	30%	1.584.561,20	22%	1.782.029,94	21%
63	Transferências e subsídios correntes e prestações sociais	807.453,66	8%	826.583,04	11%	825.823,53	10%
64	Custos com pessoal	2.220.802,43	23%	2.000.075,00	27%	1.838.932,44	22%
65	Outros custos operacionais	208.630,08	2%	130.933,92	2%	132.032,38	2%
66	Amortizações do exercício	1.564.392,76	16%	1.513.350,79	21%	1.463.465,75	18%
67	Provisões do exercício	966,61	0%	50.824,43	1%	28.481,31	0%
68	Custos e perdas financeiras	85.419,91	1%	94.268,49	1%	70.187,87	1%
69	Custos e perdas extraordinários	1.844.617,15	19%	1.109.637,05	15%	2.131.052,36	26%
Total de Custos ou Perdas		9.602.694,92	100%	7.344.311,50	100%	8.301.728,49	100%

Como verificamos neste quadro, os “Fornecimentos e serviços externos” e os “Custos com pessoal” são os agregados mais representativos dos custos e perdas da autarquia.

Os custos com pessoal sofreram uma redução de -161.142,56€ (-8%). Por sua vez, os “FSE - Fornecimentos e serviços externos” sofreram um aumento de 12%, com mais 197.468,74€.

As principais variações nos FSE ocorreram em “Eletricidade” (+65.914,77€), “Trabalhos especializados” (+41.267,01€), nos “Encargos de cobrança de receita” (IMI +43.683,76 / IMT² +15.252,47€) e em “Outros fornecimentos e serviços” (+39.189,07€)³.

Também se verificou uma diminuição nos agregados Amortizações do exercício, Provisões do exercício e Custos financeiros.

Relativamente aos Custos e perdas extraordinários, verifica-se um aumento no valor de 750.565,80€, em parte pela contabilização da empresa municipal Vougapark. Este agregado ainda é compensado pela não realização de abates, no valor de 546.418,18€ e das correções de exercícios anteriores a diminuírem 209.787,06€.

² De reembolsos

³ Programa Inserção Emprego



2.1.3 – ESTRUTURA DE PROVEITOS

Proveitos e Ganhos		Ano de 2010		Ano de 2011		Ano de 2012	
Contas	Descrição	Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Vendas e prestações de serviços	407.916,25	4%	252.729,59	3%	379.580,63	4%
72	Impostos e taxas	1.437.039,33	15%	1.654.283,31	18%	1.499.412,45	15%
73	Proveitos suplementares		0%		0%		0%
74	Transferências e subsídios obtidos	6.048.201,86	62%	5.705.229,12	63%	5.373.658,82	54%
75	Trabalhos para a própria entidade		0%		0%		0%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		0%		0%		0%
78	Proveitos e ganhos financeiros	340.170,92	3%	348.944,82	4%	358.801,73	4%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.582.835,84	16%	1.068.011,00	12%	2.385.438,13	24%
Total de Proveitos e Ganhos		9.816.164,20	100%	9.029.197,84	100%	9.996.891,76	100%

Verificamos neste mapa que a autarquia depende quase exclusivamente dos recursos externos – participação nos impostos do Estado e fundos comunitários – como se pode verificar pelo peso das “transferências e subsídios obtidos”.

Nos proveitos de RSU verificou-se um acréscimo de 105.483,17€, resultante:

- do aumento na cobrança destas tarifas (23.251,46€);
- de termos refletido os valores faturados (76.030,59€); e
- das cobranças a realizar pela AdRA (6.201,12€).

Nos impostos, como será referido mais à frente, regista-se uma diminuição no IMT (-196.256,46€) e na Derrama (-19.523,92€). Quanto aos demais impostos locais verificaram-se aumentos no IMI (33.292,65€ / 4,36%) e no IUC (29.121,21€ / 16%).

Nas taxas verificou-se uma redução de 1.060,01€, com aumentos constatados nas taxas de “Loteamentos e obras” (+4.788,39€) e “Parques de estacionamento” (+2.123,82€) e diminuições mais significativas em TMDP (-2.231,25) e Impostos indiretos – Outros (-4.849,89€).

Verificaram-se diminuições em quase todas as rubricas de “transferências e subsídios obtidos”, designadamente nas transferências da Administração Central, com exceção dos “Fundos e serviços externos” que aumentaram 93.537,88€.

Apesar dos juros de depósitos terem diminuído 2.444,63€, os proveitos financeiros aumentaram 9.856,91€, devido ao aumento da renda de concessão com a EDP.



Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram 1.317.427,13€, em parte pela contabilização da empresa municipal Vougapark.

2.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA

2.2.1.– RECEITAS GLOBAIS

As receitas arrecadadas neste ano, ascenderam a **10.815.948,18** euros (**8.187.644,47** euros em 2011), apresentando um aumento de 32,1%.

DESIGNAÇÃO/ANOS/ Δ	2010	%	2011	%	2012	%	Δ 2011/2012
RECEITAS CORRENTES	5.968.539,08	73,4%	6.101.560,35	74,5%	5.852.407,80	54,1%	-4,08%
RECEITAS DE CAPITAL	2.159.203,88	26,6%	2.085.975,46	25,5%	4.960.927,24	45,9%	137,82%
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,0%	108,66	0,0%	2.613,14	0,0%	2304,88%
RECEITA TOTAL	8.127.742,96	100	8.187.644,47	100	10.815.948,18	100	32,10%

Apresentamos no quadro seguinte a estrutura das receitas deste ano económico, seguindo-se, com algum detalhe, uma apreciação por rubricas.

RUBRICA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO FINAL	REALIZADAS	%	DIFERENÇA	
					VALOR	%
01 - Impostos diretos	1.404.200,00	1.404.200,00	1.431.868,51	13,2%	27.668,51	2,0%
02 - Impostos Indiretos	31.700,00	31.700,00	31.902,36	0,3%	202,36	0,6%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	58.700,00	58.700,00	67.726,93	0,6%	9.026,93	15,4%
05 - Rendimentos de propriedade	4.550,00	4.550,00	3.453,33	0,0%	-1.096,67	-24,1%
06 - Transferências correntes	3.506.950,00	3.506.950,00	3.625.482,03	33,5%	118.532,03	3,4%
07 - Venda de bens e Serviços correntes	620.600,00	620.600,00	683.946,90	6,3%	63.346,90	10,2%
08 - Outras receitas correntes	13.300,00	13.300,00	8.027,74	0,1%	-5.272,26	-39,6%
Receitas Correntes	5.640.000,00	5.640.000,00	5.852.407,80	54,1%	212.407,80	3,8%
09 - Venda de bens de investimento	60.350,00	60.350,00	42.555,69	0,4%	-17.794,31	-29,5%
10 - Transferências de capital	4.495.550,00	4.495.550,00	3.178.195,16	29,4%	-1.317.354,84	-29,3%
11 - Ativos financeiros	3.750,00	3.750,00	5.382,17	0,0%	1.632,17	43,5%
12 - Passivos financeiros	150,00	150,00	224.493,40	2,1%	224.343,40	
13 - Outras receitas de capital	100,00	100,00	1.510.300,82	14,0%	1.510.200,82	
Receitas de Capital	4.559.900,00	4.559.900,00	4.960.927,24	45,9%	401.027,24	8,8%
15 - Reposições não abatidas pagamentos	100,00	100,00	2.613,14	0,0%	2.513,14	
16 - Saldo da gerência anterior		350.000,00				
Outras Receitas	100,00	350.100,00	2.613,14	0,0%	2.513,14	0,7%
Total das Receitas	10.200.000,00	10.550.000,00	10.815.948,18	100,0%	615.948,18	5,8%

Verificou-se que, no ano de 2012, a receita global teve um aumento de 2.628.303,71€, em comparação a 2011. Enquanto as receitas correntes diminuíram 249.152,55€, as receitas de capital tiveram um desempenho diferente, com um aumento de 2.874.951,78€, devido à execução dos projetos com financiamento externo e do efeito provocado pela transferência de disponibilidades da empresa municipal que foi dissolvida.



Assim, recorrendo à informação contida nestes documentos e estabelecendo algumas comparações, com os dados publicados na página da autarquia - Prestação de contas de 2011 - constatamos que a receita, nas duas componentes, teve as seguintes variações mais significativas:

2.2.2.- RECEITAS CORRENTES

2.2.2.1 – Estrutura das Receitas Correntes

A receita corrente arrecadada foi de 5.852.407,80€ com uma variação de -249.152,55€ / - 4%.

RECEITAS CORRENTES	REALIZADAS	%
01 - Impostos diretos	1.431.868,51	24,5%
02 - Impostos Indiretos	31.902,36	0,5%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	67.726,93	1,2%
05 - Rendimentos de propriedade	3.453,33	0,1%
06 - Transferências correntes	3.625.482,03	61,9%
07 - Venda de bens e Serviços correntes	683.946,90	11,7%
08 - Outras receitas correntes	8.027,74	0,1%
Receitas Correntes	5.852.407,80	100,0%

Neste quadro verificamos que, apesar dos **impostos diretos** terem um peso significativo, o município encontra-se dependente das **transferências correntes**, as quais apresentam um peso considerável.

2.2.2.2 – Análise nas principais rubricas da receita corrente

01 – Impostos diretos

Verificamos uma redução nos impostos diretos de **-20.591,36€**, com as principais variações ocorridas nestes impostos⁴: IMI (+20.803,27€); IUC (+68.203,18€); IMT (-145.547,95€); Derrama (+36.394,47€). A diminuição no IMT reflete o período de crise sentido neste país e na zona euro.

O IMI aumentou menos que no ano económico anterior, no qual o aumento foi de +64.460,39€.



02 – Impostos indirectos

A receita neste grupo teve uma redução de **-8.017,09€**, provocada pela diminuição nas receitas registadas e arrecadadas em "Outros impostos indirectos", designadamente nas "Fotocópias de processos de empreitada e fornecimentos".

04 – Taxas, multas e outras penalidades

Neste grupo o aumento foi diminuto **872,42€ / 1,3%**, com um ligeiro aumento em "Loteamentos e obras" (+2.155,30€) e uma diminuição em "Multas e outras penalidades" (-1.512,00€), como já se tinha constatado no ano passado.

05 – Rendimentos de propriedade

Nesta rubrica registamos uma diminuição (**-1.567,28€**), resultante da diminuição nos juros arrecadados (-2.196,33€) e aumento nos dividendos repartidos e pagos pela ERSUC (+629,05€).

06 – Transferências correntes

As transferências correntes diminuíram -244.460,36€, devido à redução nas receitas arrecadadas das transferências do Estado – 166.889,00€ (FEF) e nas receitas do exterior - 115.604,51€ (FEDER - Pepal...FSE⁵). Verificaram-se outras diminuições noutros agregados, de realçar, pela negativa, a diminuição de -4.502,13 (-3,8%) nas receitas registadas em "Famílias".

De forma diferente, registou-se o aumento nas receitas arrecadadas em "Serviços e fundos autónomos" (+60.439,04€ / + 22%).

07 – Venda de bens e serviços

A venda de bens e serviços foi o único agregado onde se constatou um aumento de 3,9% (+25.683,95€) na "venda de bens e serviços", com uma redução de -3.002,01€ na "venda de bens⁶" e aumentos de +20.032,30€ na "venda de serviços" e +8.653,66€ em "rendas⁷".

08 – Outras receitas correntes

Neste grupo classificamos as receitas provenientes de reembolsos de IVA, reposição não abatidas nos pagamentos e constatamos uma diminuição nas receitas de **-1.072,83€** ⁸.

⁴ A soma destas variações não corresponde ao aumento indicado, porque não incluímos outras parcelas, sem significado para a análise.

⁵ Plano Municipal da Promoção da Acessibilidade e Projeto da Eficiência Hídrica

⁶ CAE, FICAVOUGA, Limpeza de fossas, estacionamento

⁷ Renda de concessão - EDP

⁸ IVA - Inversão da Liquidação (0€); Reposições não abatidas nos pagamentos (-279,39€); Outras Receitas Correntes (-793,44€)



Desta forma se justifica a diminuição constatada de **-249.152,55€**, nas **receitas correntes**, correspondendo a uma diminuição relativa de 4,74%, muito significativa e que poderá obrigar a uma análise mais próxima ou periódica da evolução desta receita neste ano económico de 2013.

O grau de execução financeira das receitas corrente foi de **102,1%⁹**, em relação ao orçamento corrigido.

2.2.3.– RECEITAS DE CAPITAL

A receita de capital arrecadada foi de 4.960.927,24€ com uma variação de +2.874.951,78€ / 137,8% influenciada pela transferência de disponibilidades da empresa dissolvida.

2.2.3.1 – Estrutura das Receitas de Capital

RECEITAS DE CAPITAL	REALIZADAS	%
09 - Venda de bens de investimento	42.555,69	0,9%
10 - Transferências de capital	3.178.195,16	64,1%
11 - Ativos financeiros	5.382,17	0,1%
12 - Passivos financeiros	224.493,40	4,5%
13 - Outras receitas de capital	1.510.300,82	30,4%
Receitas de Capital	4.960.927,24	100,0%

Como se verificou nas receitas correntes, as transferências apresentam-se como a principal fonte de receitas desta entidade, limitando a autonomia financeira da autarquia.

A rubrica “Outras receitas de capital” aparece com um elevado peso, mas resultou do registo da transferência de disponibilidades da empresa municipal dissolvida.

Seguidamente, apresentam a apreciação das variações nos principais agregados das receitas de capital.



2.2.3.2 – Análise nas principais rubricas da receita de capital

09 – Venda de bens de investimento

A receita arrecadada foi de 42.555,69€, proveniente da venda de terrenos¹⁰ e equipamento de transporte¹¹.

10 – Transferências de capital

Será o grupo com maior significado nas receitas desta natureza, onde foram registados 4.960.927,24€, com um aumento de 2.874.951,78€, resultante da execução física e financeira dos projetos financiados através de fundos comunitários, nomeadamente as empreitadas dos centros escolares de Couto de Esteves e Rocas do Vouga, dos quais recebemos 823.325,63€ de comparticipação, mais 506.501,91€ para o projeto da Regeneração Urbana, mais o valor de 1.510.300,82€, referente ao registo das disponibilidades da empresa municipal dissolvida.

Mas, importa sublinhar o aspeto negativo relacionado com a redução do FEF em - 95.765,00€ comparando com o ano anterior.

11 – Ativos financeiros

Foram registados 5.382,17€, provenientes de reembolsos de empréstimos concedidos ao abrigo do programa FINICIA (com menos -11.703,22€¹², que no ano anterior).

12 – Passivos financeiros

Neste capítulo aparecem os valores referentes à utilização de empréstimo no ano económico.

No ano de 2012, foram registados 224.493,40€ de receita arrecadada pela utilização do empréstimo contratualizado com o IFDR para os projetos do centro escolar de Rocas do Vouga (179.326,17€) e arruamentos da regeneração urbana (45.167,23€).

15 – Outras receitas de capital

Foram registados 2.613,14€ de reposições não abatidas nos pagamentos.

Portanto, as receitas de capital arrecadadas no ano de 2012, ascenderam a **4.960.927,24€**, quando no ano transato foram de **2.085.975,46€**, correspondendo a uma variação de **2.874.951,78€**.

¹⁰ Terrenos na Ermida e Pessegueiro do Vouga para a Barragem (41.339,43).

¹¹ Viatura Toyota RM-73-22 (1.016,26€)

¹² Em 2011, houve duas amortizações integrais de empréstimos: Sílvia Mesquita e 3FGYM, Lda)



O grau de execução financeira das receitas de capital foi de **108.8%¹³**, em relação ao orçamento corrigido.

Em termos globais, a **realização da receita** atingiu **101,6%¹⁴**, apresentando-se como dos melhores resultados em termos de equilíbrio orçamental.

2.2.4 – Evolução da Receita

RECEITAS CORRENTES	2011	2012	Variação
01 - Impostos diretos	1.452.459,87	1.431.868,51	-20.591,36
02 - Impostos Indiretos	39.919,45	31.902,36	-8.017,09
04 - Taxas, multas e outras penalidades	66.854,51	67.726,93	872,42
05 - Rendimentos de propriedade	5.020,61	3.453,33	-1.567,28
06 - Transferências correntes	3.869.942,39	3.625.482,03	-244.460,36
07 - Venda de bens e Serviços correntes	658.262,95	683.946,90	25.683,95
08 - Outras receitas correntes	9.100,57	8.027,74	-1.072,83
Receitas Correntes	6.101.560,35	5.852.407,80	-249.152,55

RECEITAS DE CAPITAL	2011	2012	REALIZADAS
09 - Venda de bens de investimento	950,10	42.555,69	41.605,59
10 - Transferências de capital	2.067.939,97	3.178.195,16	1.110.255,19
11 - Ativos financeiros	17.085,39	5.382,17	-11.703,22
12 - Passivos financeiros	0,00	224.493,40	224.493,40
13 - Outras receitas de capital	0,00	1.510.300,82	1.510.300,82
Receitas de Capital	2.085.975,46	4.960.927,24	2.874.951,78

OUTRAS RECEITAS	2011	2012	REALIZADAS
15 - Reposições não abatidas pagamentos	108,66	2.613,14	2.504,48
Outras Receitas			

TOTAL DA RECEITA	8.187.644,47	10.815.948,18	2.628.303,71
------------------	--------------	---------------	--------------

Este quadro permite uma leitura facilitada da evolução das receitas nos principais agrupamentos. As variações já foram abordadas nos pontos anteriores.

Considerando o facto de dependermos muito dos impostos diretos e das transferências correntes, devido à diminuição verificada nestes dois grupos, evidencia a necessidade de ser avaliada a evolução nos próximos tempos, para serem mantidos os níveis de gestão atual, refletidos numa capacidade financeira adequada (tesouraria).

¹³ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 4 (Em 2011 = 45,6%) – Sem a verba da empresa municipal a taxa de execução seria de 73,8%.

¹⁴ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 6 (Em 2011 = 71,6%)



2.2.5 – Rácios da Receita

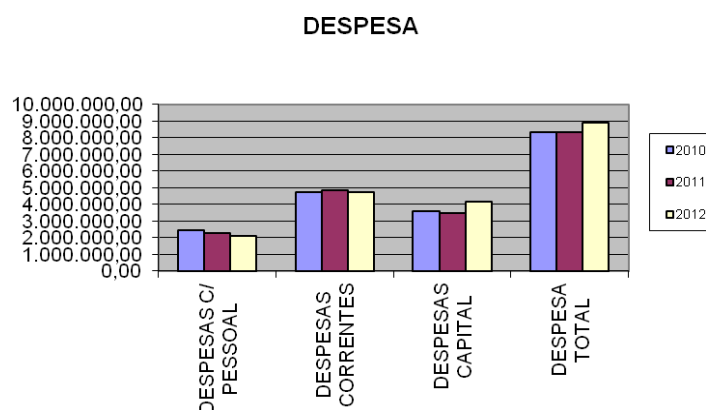
Indicadores da Estrutura da Receita	2011	2012	Variação
Receitas Próprias/Receita total	27,27%	34,92%	7,65%
Impostos Locais/Receita total	17,74%	13,24%	-4,50%
Venda de bens de investimento/Receita total	0,01%	0,39%	0,38%
Transferências/Receita total	72,52%	62,90%	-9,62%
Passivos financeiros/Receita total	0,00%	2,08%	2,08%

Pela análise destes dados, confirmam-se as transferências como o principal recurso da autarquia.

Verifica-se também uma redução nos recursos próprios, influenciada pela redução constatada na arrecadação dos impostos municipais.

2.3. – DESPESAS

A despesa neste ano, ascendeu a **8.894.312,38** euros (**8.332.515,59** euros em 2011), representando um aumento de 6,74%.



2.3.1. – Despesa Global

A despesa de 8.894.312,38€, foi distribuída em 53,4% por despesas correntes e 46,6%, respeitando nominalmente a 4.753.008,35€ e 4.141.304,03€, respetivamente, reduzindo no primeiro grupo em -1,97% (despesas correntes) e aumentando nas despesas de capital em 18,86%.



Comparando com 2011, verificamos, um aumento de 561.796,79€ nas Despesas Totais, distribuída como se representa no seguinte mapa:

Despesa	2011	2012	Diferença	Δ
Corrente	4.848.391,94 €	4.753.008,35 €	-95.383,59 €	-1,97%
Capital	3.484.123,65 €	4.141.304,03 €	657.180,38 €	18,86%

TOTAL	8.332.515,59 €	8.894.312,38 €	561.796,79 €	6,74%
-------	----------------	----------------	--------------	-------

A diminuição na despesa corrente será justificada no ponto seguinte, onde, através do quadro resumo da execução da despesa, poderemos verificar as variações nas principais rubricas.

As despesas de capital tiveram um aumento, em parte, como já foi referido, devido à execução de projetos comparticipados através do QREN.

2.3.2. – Execução da Despesa

Seguidamente, apresentamos o resumo da execução das despesas segundo as principais rubricas para compreendermos melhor o resultado assinalado.

Resumo da Execução da Despesa

RUBRICAS	2010	2011	2012	DIFERENÇA	VARIAÇÃO
01 DESPESAS COM PESSOAL	2.266.570,65	2.092.536,23	1.849.809,81	-242.726,42	-11,60%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.399.396,85	1.539.510,67	1.721.879,15	182.368,48	11,85%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	55.248,61	56.951,81	56.353,67	-598,14	-1,05%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	837.253,82	936.637,69	952.570,37	15.932,68	1,70%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	198.609,47	222.755,54	172.395,35	-50.360,19	-22,61%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	4.757.079,40	4.848.391,94	4.753.008,35	-95.383,59	-1,97%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.699.783,63	2.787.767,76	3.360.403,58	572.635,82	20,54%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.260,99	149.652,35	305.323,96	155.671,61	104,02%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	1.225,00			0,00	
10 PASSIVOS FINANCEIROS	563.244,51	543.245,71	475.576,49	-67.669,22	-12,46%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	70.627,20	3.457,83		-3.457,83	-100,00%
TOTAL DESPESAS CAPITAL	3.565.141,33	3.484.123,65	4.141.304,03	657.180,38	18,86%
TOTAL GERAL	8.322.220,73	8.332.515,59	8.894.312,38	561.796,79	6,74%

Analisando os dados deste mapa, verificamos o seguinte:



2.3.3. – Execução da Despesa Corrente

Despesas com pessoal – Apresentam uma diminuição de 242.726,42€¹⁵, com reduções em todas as rubricas: nas “remunerações certas e permanentes” (-199.295,00€), com maior significado, pelo não pagamento dos “subsídios de férias e natal” a muitos trabalhadores e redução nos demais; nos “abonos variáveis e eventuais” (-17.774,93€), designadamente nas “indenizações por cessação de funções” e “horas extraordinárias”; na “Segurança social” (-25.656,49€).

Aquisição de bens e serviços – Verificou-se um aumento nas despesas desta natureza (+182.368,48€), com um aumento de 9,3% na “aquisição de bens” (+65.797,65€) e aumento de 14% na “aquisição de serviços” (+116.570,83€), esta última, influenciada pela “conservação de bens” (+25.031,92€), pelos “transportes” (+26.742,66€) – escolares e Serverin; por “outros trabalhos especializados” (+22.329,50€)¹⁶; pelos “encargos de cobrança de receitas” (+38.013,58€) – de impostos; e em “outros serviços” (+26.026,23€). Isto é, nas aquisições de serviços constatou-se um aumento generalizado nos pagamentos realizados.

No entanto, será mais adequado analisar a evolução dos custos - Relatório de Gestão Patrimonial - para aferirmos qual a evolução dos encargos desta natureza.

Juros e Outros encargos – Constatou-se uma redução diminuta nos encargos desta natureza (-598,14€).

Transferências Correntes - As transferências correntes aumentaram 15.932,68€ (+1,7%). O esforço financeiro para apoiar as actividades das diversas entidades - publicas e privadas - foi significativo, como demonstram os documentos através de transferências que ascenderam a **952.570,37€**:

Tipo de Entidade	Conta	2011	2012	Diferença
Vougapark	04.01.01.01	26.461,06 €	121.990,06 €	95.529,00 €
Freguesias	04.05.01.02	132.477,69 €	120.303,84 €	-12.173,85 €
Associações de Municípios	04.05.01.04	25.528,28 €	41.569,70 €	16.041,42 €
Instituições s/ fins lucrativos	04.07.01	371.438,83 €	346.362,22 €	-25.076,61 €
Famílias	04.08.02	373.159,83 €	317.512,55 €	-55.647,28 €
Outras entidades		7.572,00 €	4.832,00 €	-2.740,00 €
Total das transferências		936.637,69 €	952.570,37 €	15.932,68 €

¹⁵ Em 2011 = 174.034,42€

¹⁶ EON – Industrias Criativas, Lda (20.878,99€) – Genius Locci + outros



Verificou-se um aumento nas transferências realizadas para a empresa municipal e para a CIRA. Os demais agregados sofreram diminuições, designadamente nas “famílias” – cujos incentivos escolares não sofreram qualquer redução, apenas um ajustamento no universo das famílias sujeitas a pagamento das componentes, em função do escalão de rendimentos.

Outras despesas correntes – Esta rubrica da despesa, relacionada com atividades evidenciadas no Plano de Atividades – FICAVOUGA, Festas Natalícias e Passeio dos Idosos, em termos globais, sofreu uma redução de -50.360,19€.

2.3.4. – Execução da Despesa de Capital

As despesas desta natureza aumentaram 18,9% (+657.180,38€), refletindo-se mais na “aquisição de bens de investimento (+572.635,82€), seguindo-se as “transferências de capital” (+155.671,61€) e, inversamente, os “passivos financeiros” (-67.669,22€) – relativos à amortização de empréstimos.

Na “aquisição de bens de investimento” verificaram-se variações nos “viadutos, arruamentos e obras complementares”, onde o aumento foi de 1.249.435,91€, contrapondo-se a “aquisição de terrenos” com uma diminuição de -172.901,10€, “viação rural” com -606.396,23€ e “outras construções diversas” com -173.904,80€.

Nas “transferências de capital” os maiores aumentos verificaram-se em transferências para a empresa municipal e para as freguesias.

Tipo de Entidade	Conta	2011	2012	Diferença
Vougapark	08.01.01.01	0,00 €	75.000,00 €	75.000,00 €
Freguesias	08.05.01.02	14.555,92 €	85.229,30 €	70.673,38 €
Associações de Municípios	08.05.01.04	11.545,06 €	12.589,72 €	1.044,66 €
Instituições s/ fins lucrativos	08.07.01	114.551,37 €	123.504,94 €	8.953,57 €
Outras entidades		9.000,00 €	9.000,00 €	0,00 €
Total das transferências		149.652,35 €	305.323,96 €	155.671,61 €

2.3.5. – Saldo da gerência - Orçamental

As disponibilidades financeiras do Município de Sever do Vouga, colocadas à disposição do executivo na gerência de 2012, foram as seguintes:



		Valores em € (Euros)	
		2011	2012
Saldo da gerência anterior (2011)		508.605,86 €	363.734,74 €
Receita cobrada na gerência		8.187.644,47 €	10.815.948,18 €
SOMA		8.696.250,33 €	11.179.682,92 €
Despesa efetuada na gerência		8.332.515,59 €	8.894.312,38 €
Saldo que transita para a gerência seguinte (2013)		363.734,74 €	2.285.370,54 €

2.3.6. – Poupança Corrente

	2011	2012
Receitas Correntes	6.101.560,35 €	5.852.407,80 €
Despesas Correntes	4.848.391,94 €	4.753.008,35 €
Diferença (Poupança Corrente)	1.253.168,41 €	1.099.399,45 €

A poupança corrente diminuiu 12,27% (-153.768,96 €), em parte, devido à diminuição nas receitas correntes, cuja variação foi superior à redução das despesas da mesma natureza.

Será importante sublinhar o cumprimento do equilíbrio orçamental corrente.

Esta poupança habitualmente é utilizada no investimento, ou seja, serve para compensar o desvio constatado na arrecadação das receitas de capital.

2.3.7. – Relação Receitas e Despesas de Capital

	2011	2012
Receitas de Capital	2.085.975,46 €	4.960.927,24 €
Despesas de Capital	3.484.123,65 €	4.141.304,03 €
Diferença	-1.398.148,19 €	819.623,21 €

Ao compararmos a receita com a despesa da mesma natureza, verifica-se que há um saldo e não foi necessário recorrer à poupança corrente¹⁷ neste ano económico.

Sabemos que esta situação resultou do registo do saldo que transitou da Vougapark, dando origem a este resultado e à diferença acima indicada apenas nos últimos dias do ano.

¹⁷ Poupança Corrente = Receita Corrente – Despesa Corrente



3. – RECURSOS HUMANOS - DESPESAS COM O PESSOAL

A 31 de Dezembro de 2012, era **113** o número de trabalhadores ao serviço da autarquia, distribuídos pelos seguintes vínculos:

Contrato por tempo indeterminado ¹⁸	111
Contrato por tempo determinado (Termo Certo)	2
A redução deveu-se aos seguintes motivos:	
Aposentação ou morte	8
Caducidade do contrato	3

Mapa comparativo - 2011 / 2012, por Grupo de Pessoal

GRUPO DE PESSOAL	Dez-11				Dez-12				DESVIOS			
	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *
Pessoal do GAP				1				1				
Pessoal Dirigente	1				1							
Pessoal Técnico Superior		11	4			14	1			3	-3	
Coordenador Técnico		4				4						
Assistente Técnico		21	1			21	1					
Pessoal de Informática		2				2						
Fiscal Municipal		1				1						
Fiscal de Obras												
Coordenador Operacional		1				1						
Assistente Operacional		74	3			66				-8	-3	
SUB-TOTAIS	1	114	8	1	1	109	2	1		-5	-6	
TOTAL GERAL	124				113				-11			

A despesa total da rubrica de Pessoal¹⁹ atingiu o montante de **1.849.809,81€**, menos **11,6%** do que o valor despendido em 2011 (2.092.536,23€), apresentando uma variação idêntica e superior à dos anos anteriores.

RÁCIOS	2010	2011	2012	Δ
PESSOAL / DESPESA CORRENTE	47,65%	43,16%	38,92%	-4,24%
PESSOAL / DESPESA TOTAL	27,24%	25,11%	20,80%	-4,32%
PESSOAL / RECEITA CORRENTE	37,98%	34,30%	31,83%	-2,47%
PESSOAL / RECEITA TOTAL	27,89%	25,56%	20,15%	-5,41%

¹⁸ Inclui Comissão de Serviço (Diretor) e Pessoal em qualquer outras situação (GAP).



Município de Sever do Vouga
Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2012

Os dados do quadro anterior evidenciam a tendência de descida dos encargos com o pessoal, como se pode constatar em todos os rácios apresentados.

DESPESAS CORRENTES - PESSOAL 2012

(valores em Euros)

CLASSIFICAÇÃO	RÚBRICAS	DESPESA			Δ 2011/2012
		2010	2011	2012	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	2.266.570,65	2.092.536,23	1.849.809,81	-11,60%
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	1.745.760,40	1.623.346,72	1.424.051,72	-12,28%
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS ...	134.758,32	121.737,12	86.405,04	
01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS				
01.01.04.01	PESSOAL DOS QUADROS - R. DA FUNÇÃO PÚBLICA	955.776,56	943.690,91	975.658,90	
01.01.04.04	RECRUTAMENTO PESSOAL PARA NOVOS POSTOS TRABALHO		48.442,41	17.501,56	
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	191.887,96	87.751,07	50.706,67	
01.01.06.01	PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO	191.887,96	80.542,19	50.706,67	
01.01.06.02	RECRUTAMENTO PESSOAL PARA NOVOS POSTOS TRABALHO		7.208,88	0,00	
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	4.836,00	11.632,00	1.700,00	
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	218,12	79,90	4.796,37	
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	38.843,46	21.528,90	18.133,92	
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	34.575,81	31.763,49	31.763,64	
01.01.11.01	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	30.886,23	28.343,46	28.343,64	
01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS	3.689,58	3.420,03	3.420,00	
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	132.033,59	118.735,89	115.287,72	
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	220.285,44	215.762,34	100.289,97	
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MAT. / PAT.	32.545,14	22.222,69	21.807,93	
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	70.144,67	63.124,21	45.349,28	-28,16%
01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS				
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	37.546,31	27.185,13	20.925,03	
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO E PRÉMIOS	3.942,02	2.962,00	1.820,89	
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	5.650,78	4.918,99	5.499,60	
01.02.06	FORMAÇÃO				
01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	5.492,16	13.017,17	1.170,00	
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	17.513,40	15.040,92	15.933,76	
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO E ESPÉCIE				
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	450.665,58	406.065,30	380.408,81	-6,32%
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	65.155,40	120.278,15	132.153,70	
01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE				
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	19.616,80	12.551,26	10.692,83	
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	713,76	713,76	475,84	
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA DOENÇA FUNC. PÚBLICOS (ADSE)		286,25	276,25	
01.03.05.02	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	318.923,19	245.450,72	217.657,09	
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	171.822,78	163.000,82	140.951,82	
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	85.744,41	82.449,90	76.705,27	
01.03.05.02.03	OUTROS	61.356,00			
01.03.08	OUTRAS PENSÕES	20.274,09	10.683,14	3.426,46	
01.03.09	SEGUROS	25.982,34	16.102,02	15.726,64	
01.03.09.01	SEGURO ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	25.982,34	16.102,02	15.726,64	
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL				



4. - LIMITES DOS ENCARGOS COM O PESSOAL

Antes, teríamos de respeitar os limites fixados no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril²⁰, com a redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que estabeleciam o seguinte:

“1 - as despesas com o pessoal do quadro (CTTI) não podem exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício”, e

2 - as despesas com o pessoal pagas pela rubrica “Pessoal em qualquer outra situação” (CTTD), não poderão exceder 25% do limite de encargos referidos anteriormente”, isto é, das despesas com o pessoal do quadro.

Embora não haja essa obrigação, será aconselhável continuarmos a analisar a evolução desses encargos, considerando os mesmos dados apenas como limites indicativos.

Assim, sabendo que, a Receita Corrente cobrada no ano de 2011, foi de 6.101.560,35 €, os **limites máximos de despesa com o pessoal no ano de 2012**, teriam de ser os seguintes (valores em Euros):

Receita Corrente (n-1)		6.101.560,35 €
Regimes de contrato	CTTI	CTTD
Limites	3.660.936,21 €	915.234,05 €
Despesa com pessoal	1.763.107,45 €	86.702,36 €
Despesa pessoal/Limite	48%	9%

Verificamos que as despesas com pessoal são muito inferiores aos limites antes estabelecidos.

Estes valores são meramente indicativos e servem de apoio à gestão.

5. – Endividamento e Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos

Nos termos da anterior Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007 – o endividamento autárquico deverá ser analisado de acordo com três limites – do endividamento líquido, dos empréstimos e débitos a terceiros.

²⁰ Revogado em 2009, através do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro



5.1. – Dívidas de Curto Prazo

A Câmara encerrou a gerência de 2012 com dívidas a curto prazo reconhecidas num total de 350.607,81 €, referentes a encargos assumidos e não pagos registados até 31/12/2012, assim distribuídos:

ANOS	TOTAL	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	> 180 dias
22.1 Fornecedores c/c	268.087,21 €	266.509,56 €	190,15 €	96,00 €	1.291,50 €
26.1 Fornecedores de Imobilizado c/c	50.555,17 €	50.118,15 €			437,02 €
26.8 Outros Credores	31.965,43 €	30.439,05 €		1.526,38 €	
TOTAIS	350.607,81 €	347.066,76 €	190,15 €	1.622,38 €	1.728,52 €

Surge, portanto, o primeiro limite²¹ a apreciar nos termos do n.º 9, do art.º 38º da L.F.L., como se exemplifica:

ANOS	DÍVIDA	1/3
22.1 Fornecedores c/c	268.087,21 €	89.362,40 €
26.1 Fornecedores de Imobilizado c/c	50.555,17 €	16.851,72 €
26.8 Outros Credores	31.965,43 €	10.655,14 €

Como se pode constatar as dívidas com prazo superior a seis meses são de valor inferior aos limites indicados no quadro anterior.

Em termos globais, constatou-se uma diminuição dos "Encargos assumidos e não pagos" em -1.029.038,39 €.

5.2. – Evolução do Endividamento – Médio e Longo Prazos

No decurso da gerência foram utilizados os dois empréstimos contratados com o IFDR.

Durante o ano económico de 2012, registaram-se os seguintes pagamentos referentes aos empréstimos de médio e longo prazo:

- juros no montante de 52.061,72€ (valor ligeiramente inferior ao de 2011);
- amortizações no montante de 543.245,71€.

²¹ 9 - No caso de débitos a terceiros que ultrapassem, **por credor ou fornecedor**, em 31 de Dezembro de cada ano, **um terço** do montante global dos **créditos de idêntica natureza** e que exista **há mais de seis meses**, deve a câmara municipal apresentar à assembleia municipal, juntamente com as contas anuais, uma informação fundamentada e um plano de resolução do referido crédito, no período de um ano, nunca ultrapassando o final do mandato dos referidos órgãos autárquicos.



Município de Sever do Vouga
Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2012

Neste ano económico de 2012, no endividamento de médio e longo prazo, ocorreram os seguintes movimentos, apresentando no final do ano o saldo indicado (empréstimos).

Dívida (em 01/01/2012)	3.213.891,55 €
Aumento da dívida – empréstimos	224.493,40 €
Aumento da dívida – empréstimos da Vougapark	3.234.320,38 €
Diminuição da dívida – amortizações	475.576,49 €
Dívida (em 31/12/2012)	6.197.128,84 €

Surge, agora, o segundo limite²² a apreciar nos termos do n.º 2, do art.º 39º da L.F.L., como se exemplifica:

$$\sum \text{Empréstimos} \leq \sum \text{Receitas (Impostos Municipais, FEF, participação no IRS, dividendos e derrama)}$$

Para cálculo do segundo e terceiro limites de endividamento, teremos de considerar a receita líquida do ano anterior.

Portanto, teremos:

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	1.268.131,29	56.021,65	1.212.109,64
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	751.860,33	24.480,92	727.379,41
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	332.905,90	26.907,91	305.997,99
Imposto Único de Circulação (IUC)**	183.365,06	4.632,82	178.732,24
Contribuição Autárquica			0,00
Imposto Municipal de Sisa			0,00
DERRAMA*	183.884,25		183.884,25
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	1.452.015,54	56.021,65	1.395.993,89
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS	-	-	
RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*			4.590.857,00
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012)			
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO			5.986.850,89

Sabendo-se que o endividamento de médio e longo prazo não pode ser superior a **5.986.850,89€**, por comparação com a dívida acima indicada de **6.197.128,84€²³**, nos termos da Lei das Finanças Locais, conclui-se que foi aquele limite ultrapassado em -210.277,95€.

²² Art.º 39º n.º 2 - O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

²³ Sem dedução dos empréstimos excecionados (Senão, a dívida seria de 6.065.675,97€ e o excesso de apenas 78.825,08€)



Como já foi abordado, esta situação resultou da transferência dos empréstimos da empresa municipal, que teve de ser, obrigatoriamente, dissolvida por imposição legal (novo RJSEL).

Embora tenha acontecido esta situação, em 31/12/2012, consideramos que a autarquia regressará ao cumprimento deste limite, no curto prazo, visto ter as disponibilidades financeiras e poder decidir por uma amortização extraordinária dos dois empréstimos que transitaram para a autarquia.

5.3. – Endividamento total (2010/2011/2012)

Informação Financeira				
ANOS	2010	2011	2012	Δ
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	3.757.137,26 €	3.213.891,55 €	6.197.128,84 €	92,82%
Fornecedores de Imobilizado mlp	79.802 €	68.842,98 €	58.365,26 €	-15,22%
Curto Prazo				
Empréstimos de Curto Prazo	0 €	0 €	0 €	
Fornecedores e Outros Credores	1.836.405,65 €	1.379.646,20 €	350.607,81 €	-74,59%
Endividamento Total	6.361.196,82 €	4.662.380,73 €	6.606.101,91 €	41,69%

O endividamento total aumentou devido à dissolução da empresa municipal com integração da sua atividade na autarquia.

Na sequência da decisão tomada, transitaram os bens, direitos e obrigações, estes últimos compreendendo dois empréstimos num total de 3.234.320,38€. Esta situação veio alterar o quadro existente da dívida de médio e longo prazo.



5.4. – Endividamento Líquido

Agora, resta efetuar uma apreciação com base neste conceito – do endividamento líquido - considerado neste documento como o terceiro limite²⁴ a ponderar no âmbito da nova Lei das Finanças Locais.

$$\text{Endividamento Líquido} = \sum \text{Passivos} - \sum \text{Activos}$$

$\sum \text{Passivos} = \sum$ (empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores)

$\sum \text{Activos} = \sum$ (saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros)

Nos termos do art.º 37.º o endividamento líquida com referência a 31 de Dezembro de cada ano, não poderá ser superior a 125% do somatório das Receitas indicadas e calculadas no ponto 5.2. da página anterior.

$$\text{Limite [Endividamento Líquido } \leq 125\%(\sum \text{Receitas}) \text{]}$$

Assim, no final do ano de 2012, o Limite de Endividamento Líquido admitido nos termos da Lei das Finanças Locais, para esta autarquia, seria de 7.483.563,61€, assim calculado:

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	5.986.850,89 €	X 125 % =	7.483.563,61 €
---------------------------------	----------------	-----------	----------------

²⁴ At.º 36º, n.º 1 - O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.



Considerando os valores evidenciados no Balanço²⁵ e informação complementar teremos:

1 – Endividamento líquido sem transição de valores da empresa municipal

	Passivos	Ativos	Dívida Excecionada	
Endividamento Líquido	= 3.643.089,68	- 2.524.576,46	- 131.452,87	= 987.060,35

2 – Endividamento líquido com transição de valores da empresa municipal

	Passivos	Ativos	Dívida Excecionada	
Endividamento Líquido	= 7.172.555,39	- 3.771.428,86	- 131.452,87	= 3.269.673,66

Em relação à norma que consta na Lei das Finanças Locais, para as duas situações, teríamos, em 31/12/2012, valores inferiores ao limite referido naquela norma em 6.496.503,26€²⁶, para a primeira situação, e 4.213.889,95€, para a segunda situação.

Embora a Lei das Finanças Locais estabeleça regras quanto ao endividamento da autarquia, sabemos que, devido à conjuntura económica da atualidade, outras regras mais rígidas foram impostas através da Lei do Orçamento de Estado para 2012 - Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro - que no seu art.º 66º refere que o endividamento calculado nos termos da LFL²⁷ "não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro do ano anterior".

No quarto trimestre de 2011 o endividamento líquido apresentava o valor de 1.936.803,77€, considerando as duas situações teríamos:

- i) Redução de -949.743,42€ caso não fosse dissolvida a empresa municipal; e
- ii) Aumento de 1.332.869,89€ com a decisão de dissolução imposta por diploma legal

²⁵ Endividamento Líquido de 2011 = 1.936.903,77 * 2010 = 3.182.270,00€ (Fonte DGAL)

²⁶ Em 2011 a margem era de 5.546.659,84€

²⁷ Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 e Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril



6. – Grandes Opções do Plano - Análise

6.1. – Execução das Grandes Opções do Plano

No quadro seguinte, apresenta-se uma relação das despesas efectuadas no âmbito das Grandes Opções do Plano, por objetivos, reportadas a 31/12/2012.

- Ano Económico de 2012 -

OBJECTIVOS	PPI	PAM	GOP	%
1. - FUNÇÕES GERAIS	56.547,02	0,00	56.547,02	1,29%
1.1. – Serviços Gerais da Administração Pública				
1.1.1. – Administração Geral	56.547,02		56.547,02	1,29%
1.2. – Segurança e Ordem Públicas				
1.2.1. – Proteção Civil e Luta contra Incêndios				
2. - FUNÇÕES SOCIAIS	875.786,12	76.692,75	952.478,87	21,71%
2.1. - Educação	726.037,34	0,00	726.037,34	16,55%
2.1.1. – Ensino não Superior	726.037,34		726.037,34	16,55%
2.1.2. – Serviços auxiliares de ensino				
2.2. - Saúde	0,00	0,00	0,00	
2.2.1. - Serviços individuais de saúde				
2.3. – Segurança e Ação Social	3.096,77	27.102,15	30.198,92	0,69%
2.3.2. – Ação Social	3.096,77	27.102,15	30.198,92	0,69%
2.4. – Habitação e Serviços Coletivos	89.452,89	0,00	89.452,89	2,04%
2.4.1. - Habitação	839,07		839,07	0,02%
2.4.2. – Ordenamento do Território				
2.4.3. - Saneamento			0,00	0,00%
2.4.4. – Abastecimento de Água	500,00		500,00	0,01%
2.4.5. – Resíduos Sólidos	31.501,53		31.501,53	0,72%
2.4.6. – Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	56.612,29		56.612,29	1,29%
2.5. – Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	57.199,12	49.590,60	106.789,72	2,43%
2.5.1. - Cultura	5.653,26	49.590,60	55.243,86	1,26%
2.5.2. – Desporto, Recreio e Lazer	51.545,86		51.545,86	1,17%
3. – FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.438.148,93	168.257,64	2.606.406,57	59,41%
3.2. – Indústria e Energia	3.930,31		3.930,31	0,09%
3.3. – Transportes e Comunicações				
3.3.1. – Transportes Rodoviários	2.331.069,72	28.164,22	2.359.233,94	53,77%
3.3.2. – Transportes Aéreos				
3.4. – Comércio e Turismo				
3.4.1. – Mercados e Feiras				
3.4.2. - Turismo	103.148,90	140.093,42	243.242,32	5,54%
4. – OUTRAS FUNÇÕES	771.900,45	0,00	771.900,45	17,59%
4.1. – Operações da Dívida Autárquica	475.576,49		475.576,49	10,84%
4.2. – Transferências entre Administrações	296.323,96		296.323,96	6,75%
4.3. – Diversas não especificadas				
TOTAL	4.142.382,52	244.950,39	4.387.332,91	100,00%



As Grandes Opções do Plano 2010/2013 (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PAM – Plano de Atividades Municipal – Plano de Outras Atividades Relevantes), para o ano de 2012, previa uma dotação inicial definida no montante de 5.059.530€, tendo a dotação definida final atingido o montante de 6.041.430€.

Da dotação final foram realizados pagamentos no valor de 3.723.007,28€ (execução financeira), reportados a 31/12/2011, correspondendo, a 61,62% da dotação final prevista (74% da dotação inicialmente prevista).

6.2. – Plano Plurianual de Investimentos

No ano de 2012, foram pagos encargos assumidos com a aquisição de bens de investimento num total de **3.360.403,58€**, devidamente discriminados no mapa que se segue, por rubricas e subrubricas, por onde foram classificadas as respectivas despesas, evidenciando um aumento nos pagamentos de bens de investimento no valor de **572.635,82€**, correspondendo a um aumento de 20,5%, em comparação com o ano transacto.



No quadro seguinte apresenta-se a sua evolução durante três anos 2010, 2011 e 2012.

INVESTIMENTOS – Aquisição de bens de investimento

ANOS	2010	2011	2012
07 - INVESTIMENTO			
07.01.01 – Terrenos e recursos naturais	169.531,05	264.414,90	91.513,80
07.01.02 - Habitação	11.389,16	5.430,39	839,07
07.01.02.01 - Construção			
07.01.02.03 - Reparação e beneficiação	11.389,16	5.430,39	839,07
07.01.03 - Edifícios	415.264,28	902.785,89	821.588,63
07.01.03.01 - Instalações de serviços	108.341,80	6.303,76	23.885,27
07.01.03.05 - Escolas	229.784,49	855.584,59	682.278,51
07.01.03.99 - Outros	77.137,99	40.897,54	115.424,85
07.01.04 - Construções diversas	1.555.356,52	1.460.974,88	2.253.384,88
07.01.04.01 - Viadutos, arruam. obras complementares	216.376,45	169.982,32	1.419.418,23
07.01.04.02 - Esgotos	4.807,20	36.827,80	0,00
07.01.04.04 - Iluminação pública	25.610,54	5.414,64	3.930,31
07.01.04.05 - Parques e jardins			
07.01.04.06 - Instalações recreativas e desportivas	84.884,48	7.232,40	51.545,86
07.01.04.07 - Captação, tratamento e distribuição de água	76.580,69	46,70	0,00
07.01.04.08 - Viação rural	1.132.919,97	1.055.579,65	449.183,42
07.01.04.09 - Sinalização e trânsito	9.091,47	11.986,57	7.296,44
07.01.04.12 - Cemitérios			
07.01.04.99 - Outros	5.085,72	173.904,80	322.010,62
07.01.06 - Equipamento de transporte	164.462,99	36.611,88	52.791,59
07.01.07 - Equipamento de Informática	55.873,28	5.821,24	46.115,62
07.01.08 - Software Informático	19.702,36	6.707,02	7.648,29
07.01.09 - Equipamento Administrativo	47.390,15	3.563,69	524,13
07.01.10 - Equipamento básico	47.283,46	54.717,68	79.429,37
07.01.13 - Investimentos Incorpóreos	11.976,00		
07.01.15 - Outros Investimentos	201.554,38	46.740,19	6.568,20
07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	2.699.783,63	2.787.767,76	3.360.403,58

6.2. – Atividades Relevantes

O ano de 2012, foi marcado pela conclusão da empreitada do complexo da Vougapark, implementação da Área de Acolhimento Empresarial e trabalhos de dissolução da sociedade – empresa municipal - na sequência da alteração ao regime jurídico do setor empresarial local.

Para além dos esforços alocados a este projeto, foram encerradas as empreitadas – física e financeiramente – dos centros escolares de Couto de Esteves e de Rocas do Vouga.



Este ano, também foi marcado pelas obras de regeneração urbana, levadas a efeito no centro da vila de Sever do Vouga, tornando alguns espaços mais acolhedores e facilitadores da mobilidade de pessoas na área urbana e comercial.

7. – Proposta de aplicação dos resultados

Face ao Resultado Líquido do Exercício positivo de 1.966.012,78€, nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

O ponto 2.7.3.2 refere que, “no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Por sua vez, quando se verifica um saldo positivo na conta 59 – Resultados Transitados, existem duas imposições:

- 1 – Reforço do Património;
- 2 – Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que a conta 51 – Património, corresponda a 20% do ativo líquido, no entanto, devemos constituir “Reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Proposta:

Na medida em que o valor da conta 51 – Património é superior a 20% do Ativo líquido, ou seja, corresponde em 31/12/2012, a 31%, propomos a constituição de “Reserva Legal”, nos termos do ponto 2.7.3.5, pelo valor de mínimo obrigatório (5%), ou seja, 98.300,64€, ficando o restante na conta “Resultados Transitados”, podendo ser utilizado num próximo exercício, para reforço da conta 51 – Património, ou compensar um eventual exercício cujo resultado seja negativo.

No caso de ser aprovada a presente proposta, será realizado o seguinte lançamento:

88 – Resultado Líquido do Exercício	1.966.012,78	
a 571 – Reservas Legais	5%	98.300,64
a 59 – Resultados Transitados		1.867.712,14